

ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambeba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120

DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – http://www.tjce.jus.br – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Inspeção realizada na 1ª Vara da Comarca de Aracati/CE

RELATÓRIO

Portaria nº 10/2020/CGJCE

Corregedor Geral da Justiça:

Desembargador Teodoro Silva Santos

Juiz Corregedor Auxiliar:

Dr. Francisco Gladyson Pontes Filho

1 DA IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO		
Processo	CPA 8501149-14.2020.8.06.0026	
Unidade	1ª Vara da Comarca de Aracati	
Entrância	Entrância intermediária	
Endereço	Travessa Felismino Filho, Varzea da Matriz	
Período da Correição	Abril de 2020	
Portaria	Portaria nº 10/2020	

2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS		
Nome:	Matrícula:	
Janaína Graciano de Brito	23782	
(X) Juiz de Direito () Juiz	(X) Titular () Respondendo () Auxiliando	
Substituto	Se o juiz estiver respondendo ou auxiliando: Portaria designatória: Portaria nº/	
Exercício cumulativo: () Sim (X) Não	Quais?	
Ingresso na Magistratura:	Ingresso na Vara:	
25.02.2016	21.08.2017	
O juiz reside na Comarca?	(X) Sim () Não	
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	() Sim (X) Não	
O Juiz exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	() Sim (X) Não Qual?	
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	(X) Sim () Não	
	() Sim (X) Não	
O Juiz exerce a função de magistério?	Se sim, em qual instituição?	
	Qual a frequência?	

3	DO QUADRO DE PESSOAL		
3.1	ANALISTAS JUDICIÁRIOS	TOTAL	01
Emer	son Bezerra de Melo		8937
3.2	JUÍZES LEIGOS	TOTAL	00
3.3	OFICIAIS DE JUSTIÇA	TOTAL	00
3.4	TÉCNICOS JUDICIÁRIOS	TOTAL	01
José 1	Naélio Dantas de Freitas		746
3.5	AUXILIARES JUDICIAIS	TOTAL	00
3.6	ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	TOTAL	00
3.7	ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO	TOTAL	01
Rogério Crispim da Silva			43159
3.8	TERCEIRIZADOS	TOTAL	00

3.9 CEDIDOS		TOTAL	08
Claudia Cordeiro da Silva	Contratado	Agente Adm.	41179
Jamires Silva Reis	Contratado	Agente Adm.	41183
Laryssa Rodrigues da Silva	Contratado	Agente Adm.	24774
Sabliny Lacerda Costa de Souza	Efetivo	Agente Adm.	43608
Aldovandro José Barbosa Lima	Efetivo	Agente Adm.	41187
Aline Cavalcante Campanaro	Efetivo	Agente Adm.	43609
Lucia Maria Trindade da Silva Vieira	Efetivo	Agente Adm.	41186
Breno Nogueira Marques	Contratado	Agente Adm.	41180
3.10 CARGOS EM COMISSÃO			
Carolina Helena Maia da Silva	Supervisora	de Unidade	22283
Moacir da Costa Silva	Assistente de Unidade 320		320

4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA		
Nome:		(V) Titulan () Dannandanda
Camila Rolim de Medeiros		(X) Titular () Respondendo
Responde por outras Comarcas?	Quais?	
(X) Sim () Não	3ª Promo	otoria e Eleitoral
5 DO DEFENSOR PÚBLICO		
Nome:		(V) Titular () Despendende
Ana Mônica Anselmo de Amorim		(X) Titular () Respondendo
Responde por outras Comarcas?	Quais?	
() Sim (X) Não		
6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADI	E JUDICIÁF	RIA
Comarca com Três Varas com Juizado Instalado		

6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA		
Comarca com	n Três Varas com Juizado Instalado	
(X) 1 ^a Vara		
	a) Processos de competência do Tribunal do Juri	
	b) Execução Penal e Corregedoria dos Presídios	
() 2 ^a Vara		
	a) Os feitos relativos aos Conflitos Fundiários	
	b) Processos e medidas relativas aos registros públicos	
	c) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular	
() 3 ^a Vara		
	a) Processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude	
	b) Execução Penal e Corregedoria dos Presídios	
	c) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular	
() Juizado		

7 DO ACERVO PROCESSUAL			
Acervo atual	Acervo atual		2928
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE		200-	
Data da Inspeção:	N° CPA: 8501309-		2867
18.04.2018	10.2018.8.06.0026		
() Diminuiu (X) Aumo	entou	Diferença:	61

Tramitação Processual () Físico () Digital (f X) Físico/Digital

8 DA PRODUTIVIDADE			
DADOS DO MAGISTRADO			
8.1 Produtividade do magistrado nos	últimos 12 meses (conforme lista ar	nexa)	
Item			
Sentenças	743	61,92	
Acordos	79	6,58	
Decisões	1137	94,75	
Audiências	586	48,83	
Despachos	3516	293	
DADOS DA UNIDADE – dados retirados	s do dia 27 de abril de 2020		
8.2 Gestão de desempenho (Ano: 202	20)		
Processos novos	,	192	
Processos pendentes de julgamento		2648	
Processos julgados		273	
Processos pendentes de baixa		2928	
Processos baixados		242	
8.3 Gestão do acervo (Mês: abril /Aı	no: 2020)		
Processos conclusos para Sentença	,	69	
Processos julgados e não baixados		280	
Processo Suspenso		262	
Processos Reativados no mês		0	
Processos Transitados no mês		15	
Processos em grau de recurso no mês		7	
Processos remetidos a outro foro no m	ês	2	
Processos arquivados definitivamente		37	
Processos entrados no mês		28	
Processos julgados no mês		45	
8.4 Processos prioritários (conforme	e listas anexas)		
•	Pendente de Julgamento	44	
Idoso	Pendente de Baixa	47	
	Pendente de Julgamento	3	
Doença Grave	Pendente de Baixa	3	
	Pendente de Julgamento	47	
Réu Preso	Pendente de Baixa	49	
	Pendente de Julgamento	2	
Menor	Pendente de Baixa	2	
	Pendente de Julgamento	1	
Idoso/Réu Preso	Pendente de Baixa	1	
OF Dragges paraliced as hé mais d			
8.5 Processos paralisados há mais d		407	
Quantidade dos processos conclusos		407	
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias		29	
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias		49	
Total 485			
8.6 Gestão de Tempo e Qualidade			
Índice de processos com assunto cadasti		100%	
Índica de conformidade de classe (CNJ)		99,85%	

9	DOS PROCESSOS JUDICIAIS		
9.1	VISÃO GERAL		
9.1.1	Processos Conclusos		
Para	Para Despacho 367		
Para	Para Decisão Interlocutória 14		

9.1.1 Liminares Pendentes de Análise		
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise	0	
É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	(X) Sim () Não	
Como é feito esse controle? Os processos que estão com liminares pendentes de análise são verificados roti: encaminhamento.	neiramente para fins de	
9.1.2 Custas Finais		
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	(X) Sim () Não	
Como é feito? Após o trânsito em julgado da sentença é verificado se consta custas frealizada a intimação para pagamento das custas finais. Caso a parte n inscrição na dívida ativa.		
9.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE		
9.2.1 Processos Cíveis		
Mandados de Segurança	15	
Ações Civis Públicas	34	
Ações de Improbidade Administrativa	06	
9.2.2 Tribunal Popular do Juri		
Total de Processo de competência do Tribunal do Juri	114	
Juris realizados nos últimos 12 meses	17	
Juris pendentes de realização	0	
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	2	
Processos inseridos na Meta ENASP	6	
9.2.3 Execução Penal ou Condições Estabelecidas no Juizado Especial Criminal		
Cumprimento em Regime Fechado	26	
Cumprimento em Regime Semiaberto	374	
Cumprimento em Regime Aberto	42	
9.2.4 Infância e Juventude		
Total de processos relacionado ao Estatuto da Criança e do Adolescente	_	
Total de processos de apuração de Ato Infracional	-	
Total de processos de execução de medida socioeducativa	-	

10	DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
10.1	Processos Administrativos contra Serventias Extrajudiciais
Co	mpetência da Diretoria do Fórum
10.2	Processos com Representação
Nada consta	

11 DOS PROCEDIMENTOS		
11.1 Visão Geral		
Entrados no Mês	12	
Arquivados	2	
11.2 Procedimentos Investigatórios		
Pendentes	101	
11.3 Cartas Precatórias		
Pendentes 24		

12 DAS AUDIÊNCIAS	
12.1 Produtividade nos últimos 12 meses	
Total de audiências agendadas 772	
Total de audiências realizadas	540

Audiências não realizadas	31
Audiências canceladas/redesignadas	131
12.2 Situação geral	
Processos aguardando a designação de audiências 4	
Processos aguardando a realização de audiência 26	
Audiência designada com a data mais distante	01.08.2020

13 DO GERENCIAMENTO DA	UNIDADE
Gestão de Processo de Trabalho	
Como é feita a abertura de Malote Di-	(X) servidor específico
gital?	() revezamento
Como é feita a abertura de e-mail ins-	(X) servidor específico
titucional?	() revezamento
Há uma rotina específica para a co-	(X) sim
brança de cartas precatórias sem cum- primento?	() não
Há uma rotina específica para cobran-	(X) sim
ça de mandados pendentes de cumpri-	() não
mento?	() 1140

14 PROCESSOS INSPECI	ONADOS
14.1 PROCESSOS CONCLU	SOS PARA DESPACHO
Processo	Movimentação
0013923-82.2019.8.06.0035	Visto em inspeção.
0003613-81.2000.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 16.02.2017. À conclusão para impulso oficial.
0004733-62.2000.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 05.04.2018. À conclusão para impulso oficial.
0015690-63.2016.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 10.05.2018. À conclusão para impulso oficial.
0014398-72.2018.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 25.07.2019. À conclusão para impulso oficial.
0000564-32.2000.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 02.02.2017. À conclusão para impulso oficial.
0001550-53.2018.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 19.08.2019. À conclusão para impulso oficial.
0013756-36.2017.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 05.07.2018. À conclusão para impulso oficial.
0001231-03.2009.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 04.09.2018. À conclusão para impulso oficial.
0049950-69.2016.8.06.0035	Visto em inspeção.
14.2 PROCESSOS CONCLU	SOS PARA DECISÃO
Processo	Movimentação
0013323-61.2019.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 17.09.2019. À conclusão para impulso oficial.
0048126-75.2016.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 16.09.2019. À conclusão para impulso oficial.
0007043-41.2000.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 20.08.2018. À conclusão para impulso oficial.
0014077-13.2013.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 26.11.2019. À conclusão para impulso oficial.
0013023-02.2019.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 11.12.2019. À conclusão para impulso oficial.
0002483-75.2008.8.06.0035	Visto em inspeção.

0014862-33.2017.8.06.0035	Visto em inspeção.	
0016377-06.2017.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 16.07.2018.	
	À conclusão para impulso oficial.	
0000306-41.2008.8.06.0035	Visto em inspeção.	
0096792-44.2015.8.06.0035	Visto em inspeção.	
14.3 PROCESSOS CONCLUS	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Processo	Movimentação	
0013638-89.2019.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 08.04.2020.	
0049520-20.2016.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 10.10.2019.	
0051157-74.2014.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 29.08.2019.	
0049932-48.2016.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 11.09.2019.	
0048788-10.2014.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 25.09.2019.	
0000534-30.2019.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 14.01.2020.	
0014561-52.2018.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 01.10.2019.	
0010995-08.2012.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 11.10.2013. À conclusão para impulso oficial.	
0098691-77.2015.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 17.07.2018. À conclusão para impulso oficial.	
0049162-55.2016.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo paralisado desde 19.12.2018. À conclusão para impulso oficial.	
0009349-31.2010.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 23.10.2019.	
0010345-87.2014.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 29.10.2019.	
0047251-08.2016.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 26.03.2020.	
0049224-95.2016.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 21.03.2018.	
0001830-39.2009.8.06.0035	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 17.07.2018.	

15 PROCESSOS HÁ MAIS TEMPO SEM MOVIMENTAÇÃO			
Processo	Última movimentação	Movimentação	
0002879-57.2005.8.06.0035	14.02.2013	Guarda Intermediária	
0000401-47.2003.8.06.0035	15.02.2013	Guarda Intermediária	
0000998-50.2002.8.06.0035	12.04.2013	Ato Ordinatório	
0002433-20.2006.8.06.0035	-	-	
0000743-63.2000.8.06.0035	09.07.2013	Guarda Intermediária	
0001987-22.2003.8.06.0035	13.11.2013	Expedição de documento	
0013751-53.2013.8.06.0035	20.11.2013	Processo apto a ser redistribuído	
0003000-51.2006.8.06.0035	24.04.2014	Autos entregues com carga/vista à procuradoria do município	
0000237-87.2000.8.06.0035	30.07.2014	Entrada de petição de acompanhamento	
0002415-33.2005.8.06.0035	04.09.2014	Expedição de documento	

16.1 Taxa de Congestionamento (Meta para 2020 é 70,8%)			
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE (2018) 77,27%			
2019	78,03%		
2020	77,71%		
16.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2020 é 124%)			
2018	113,70%		
2019	66,94%		
2020	126,04%		
16.3 Meta 1 (Meta para 2020 é maior que 100%)			
2018	123,91%		
2019	58,71%		
2020	142,19%		
16.4 Meta 2 (Meta para 2020 é 80%)			
Total de Processos em Janeiro/2020	508		
Total de processos pendentes de julgamento	491		
Total de processos julgados	17		
2019 – Percentual de Atingimento	3%		
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019 389,4			
16.5 Meta 4 (Meta para 2020 é 70%)			
Total de Processos em Janeiro/2020	2		
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	2		
Total de processos julgados	0		
2019 – Percentual de Atingimento	0%		
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	1,4		
16.6 Meta 6 (Meta para 2020 é 60%)			
Total de Processos em Janeiro/2020	13		
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	13		
Total de processos julgados	0		
2019 – Percentual de Atingimento	0%		
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	7,8		

17 DA VIDEOCONFERÊNCIA	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	(X) Sim () Não
Possui sala específica para a videoconferência?	(X) Sim () Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	(X) Sim () Não
Já realizou audiência por videoconferência:	(X) Sim () Não

18 NORMATIVOS IMPORTANTES		
Normativo	Conteúdo	
Provimento nº 14/2019/CGJCE	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro do Estado do Ceará.	
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.	
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de oficio pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.	
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.	
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art.	

	39, Lei n° 16.397/2017, e da Recomendação CNJ n° 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízos com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.
Provimento n° 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.
Provimento n° 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.
Provimento n° 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escorreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.

RECLAMAÇÕES/CONSTATAÇÕES 19

20	RECOMENDAÇÕES
20.1	Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2020, com destaque para as Metas 1, 2, 4 e 6.
20.2	Inserir a tarja referente a feitos prioritários nos processos assim considerados, para facilitar a identificação e julgamento destes feitos;
20.3	Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;
20.4	Instituir rotina de cobrança de processos físicos com carga que tenham ultrapassado prazo razoável;
20.5	Instituir rotina de cobrança de cartas precatórias, com o intuito de evitar que tais procedimentos fiquem paralisados no juízo deprecante;
20.6	Providenciar que os feito prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais;
20.7	Os processos de réus presos deverão ser impulsionados com a máxima celeridade, apreciando, ex officio, o excesso de prazo na formação da culpa, bem como proceder um controle de apenados nessa situação;
20.8	Evitar o agendamento de audiências para o período em que o magistrado titular estiver em gozo de férias e envidar esforços no sentido de diminuir o número de audiências não realizadas;
20.9	Movimentar, no prazo de 90 (noventa) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;
20.10	Apresentar um plano de ação para o julgamento dos processos que estão conclusos para sentença há mais de 100 dias;
20.11	Cobrar todos os mandados aguardando cumprimento há mais de 45 dias, com envio de ofício à COMAN, bem como instituir rotina de cobrança de mandados sem devolução há bastante tempo;
20.12	Proceder o agendamento de data para realização das sessões do Tribunal do Júri nos processos que se encontram prontos para este fim

- **20.13** Proceder o agendamento de data para realização de audiências pendentes de designação;
- **20.14** Proceder a identificação e imediato impulso dos processos inseridos na Meta ENASP;
- **20.15** Expedir o atestado de pena a cumprir anualmente em todos os feitos, o que deve ocorrer até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, com sua respectiva entrega ao apenado, conforme determina o art. 12, III, da Resolução nº 113 do CNJ;
- **20.16** Analisar os pedidos de liminares pendentes de apreciação nos mandados de segurança em tramitação;
- **20.17** Atualizar o cadastro de Histórico de Partes do SAJ de todos os processos
- **20.18** A Secretaria de Vara deverá providenciar o saneamento das listas de processos extraídas do Sistema SEI, com o intuito de ele passe a refletir a real situação da unidade;

21 CONCLUSÃO

Inspecionando à 1ª Vara da Comarca de Aracati/CE, constatou-se, em geral, que a tramitação processual necessita de melhorias pontuais, notadamente em razão de achados inspecionais que demonstram paralisações processuais superiores a 380 dias, na fila de conclusão para sentença.

Os trabalhos inspecionais permitiram o exame de considerável percentual do acervo processual, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Passo a expor a situação verificada, no SISTEMA SAJPG, durante a análise por amostragem dos processos inspecionados.

Chamou atenção, na fila "Concluso para Despacho", a existência de diversos processos paralisados desde o ano de 2018, sendo recomendado o impulso oficial a estes feitos.

Na fila **"Concluso para Decisão Interlocutória"**, verificou-se que alguns feitos possuíam movimentação recente, no entanto, chamaram atenção os processos nºs 0007043-41.2000.8.06.0035 e 0016377-06.2017.8.06.0035, paralisados desde 2018.

Na fila **"Concluso para Sentença",** verificamos que o processo nº 0010995-08.2012.8.06.0035 está sem impulso oficial desde 2013, sendo recomendada a imediata prolação de julgamento.

Assim, a amostragem revelou que existe morosidade nas filas de conclusão ao magistrado.

Tal constatação reflete na quantidade de processos paralisados há mais de 100

dias. Conforme dados do sistema SEI (extraídos na data de 27/04/2020), a 1ª Vara da Comarca de Aracati/CE possui 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) processos nessa situação, o que corresponde a aproximadamente 17% do acervo em tramitação.

Apesar de a unidade possuir somente 49 (quarenta e nove) processos paralisados há mais de ano (380 dias), faz-se importante destacar que foram encontrados diversos feitos sem movimentação desde os anos de 2013/2014, conforme pode-se verificar no item 15 deste relatório.

Entendemos que a análise periódica de todo o acervo é dificultada pela grande quantidade de processos pendentes de baixa, no entanto, a unidade deve empreender esforços para diminuir tal quantidade.

Outro ponto que a unidade precisa aprimorar diz respeito ao monitoramento das **Metas do CNJ**. Neste relatório, fízemos a análise das Metas relativas ao ano de 2020.

Em janeiro de 2020, a 1ª Vara da Comarca de Aracati a possuía 508 (quinhentos e oito) processos inseridos na Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, dos quais, até o mês de março, somente 17 (dezessete) foram sentenciados, restando o julgamento de 390 (trezentos e noventa), até o final do ano, para que a referida meta seja atingida.

A unidade possuía, em janeiro de 2020, 2 (dois) processos de Meta 4 do CNJ, dos quais, até o mês de março, nenhum foi sentenciado.

No que diz respeito à Meta 6 do CNJ, a1ª Vara da Comarca de Aracati possuía, em janeiro de 2020, 13 (treze) processos, dos quais, até o mês de março, nenhum foi sentenciado.

Quando considerados os últimos 12 (doze) meses, a Dra. Janaína Graciano de Brito possui uma **média processual**, na unidade inspecionada, de 54 sentenças por mês, o que vem sendo insuficiente para atender à demanda média da unidade, que é de 103,3 processos por mês (número obtido dividindo-se a quantidade de processos novos do ano de 2019 por 12 meses).

Ressalte-se que o ano de 2019 foi um ano atípico para 1ª Vara da Comarca de

Aracati, tendo em vista o baixo alcance da Meta 1 do CNJ. Conforme dados no Sistema SEI, no ano de 2018 a unidade atingiu 123,91% da referida meta; no ano de 2019, alcançou apenas 58,71%; enquanto que em 2020, até abril, está em 142,19%.

Nesse ritmo, percebeu-se um aumento do número de processos e da taxa de congestionamento do ano de 2018 para o ano de 2019, conforme tabela abaixo:

Ano	Processos Pendentes de Baixa	Meta 1	Taxa de Congestioname nto
2018	2.652	123,91%	77,27%
2019	2.948	58,71%	78,03%
2020	2.928	142,19%	77,71%

Assim, em razão da realidade posta, é preciso trabalhar com prioridades, sendo certo que a unidade inspecionada deve dar maior atenção aos processos vinculados à Meta 2, 4 e 6 do CNJ, bem como àqueles feitos paralisados por mais tempo, de modo a promover uma maior ênfase às garantias constitucionais da celeridade processual e da duração razoável do processo.

É de bom alvitre que a unidade apresente um plano de gestão para incrementar o número de julgamentos, principalmente nos feitos insertos na Meta 2 do CNJ, bem como visando a movimentar todos os processos que se encontram parados há mais de 100 dias, de modo a possibilitar que, mesmo não sendo alcançada esta meta ao final do ano, pelo menos sejam feitos os esforços possíveis para se chegar o mais próximo de seu objetivo.

Neste momento, não se identifica falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade pedagógica desta Corregedoria.

Entende-se que é conveniente o monitoramento da unidade judiciária pelo prazo de 90 (noventa) dias, período no qual a Coordenadoria de Correição e Monitoramento da

CGJ/CE verificará os índices estatísticos do módulo judicial, em especial se houve incremento nas metas do CNJ e se houve redução no número de processo sem movimentação há mais de 100 dias.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório à magistrada, concedendo-lhe o prazo de 90 (cento e vinte) dias para cumprir as recomendações aqui pontuadas, comunicando a CGJ/CE as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza/CE, 27 de abril de 2020.

FRANCISCO GLADYSON PONTES FILHO

Juiz Corregedor Auxiliar